

DETERMINANTES DAS MUDANÇAS OCUPACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E IMPACTOS SOBRE O BALANÇO PREVIDENCIÁRIO¹

Anita Kon (PUC/SP)
Marcel Guedes Leite (PUC/SP)
Rosa Maria Marques (PUC/SP)

Resumo

Este artigo busca examinar, para o período mais recente, alguns aspectos ainda não explorados da relevância das transformações estruturais do mercado de trabalho brasileiro sobre os resultados contábeis negativos da Previdência Social no Brasil. É inicialmente examinado o perfil e as transformações na segmentação ocupacional do trabalho brasileira, no que se refere às mudanças nos padrões de distribuição dos trabalhadores. Em continuidade, é testada a relação destas transformações ocupacionais sobre o balanço previdenciário, examinando suas relações com os determinantes das receitas e despesas previdenciárias e as consequências do aumento da formalização do trabalho sobre o equilíbrio do balanço previdenciário.

Palavras-chave: Trabalho. Rendimentos. Previdência Social. Desenvolvimento Econômico. Formalidade.

Abstract

This paper aims to exam, for the most recent period, some not yet explored aspects of the relevance of the labor market structural transformations on the Brazilian social welfare negative results. It is first examined the profile and transformations of the labor market occupational segmentation, with regard to changes in the workers distribution patterns, according to qualification and earnings conditions. In sequence, there are assessed the relations of these occupational changes on the social welfare balance, by examining the determinants of the social security incomes and expenditures, as well as the consequences of increased labor formalization on social security accounts.

Key-words: Labor. Social Welfare. Earnings. Economic Development.

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro à pesquisa pelo BNDES e da ANPEC;

I. Introdução

O impacto dos resultados negativos das contas previdenciárias sobre as despesas do governo e os investimentos públicos no país tem sido uma constante no debate macroeconômico dos últimos tempos, muito embora seu crescimento tenha desacelerado com a implantação do fator previdenciário. Nesse debate, destaca-se a busca pelo entendimento do papel das transformações no mercado de trabalho na configuração destes resultados negativos. Como a maior parcela das receitas previdenciárias são contribuições calculadas sobre a folha de salários, as especificidades da estruturação ocupacional constituem importante fator na determinação e na permanência do déficit. Tanto é assim que, na medida em que a economia cresce de forma mais continuada e a taxas mais expressivas, as receitas previdenciárias aumentam e melhora o quadro de seu resultado, como efeito direto do aumento da formalização do trabalho.

As características da capacidade de oferta de postos de trabalho pelas empresas e a demanda por trabalho resultante da composição da força de trabalho segundo idade, qualificação e gênero contribuem significativamente para a segmentação ocupacional e para a existência de um segmento informal considerável, base sobre a qual os resultados contábeis da Previdência se estabelecem. A literatura especializada aponta que, embora a estruturação ocupacional tenha apresentado mudanças no decorrer das recentes reestruturações produtivas mundiais, a velocidade e a configuração dessas mudanças mostram uma lentidão inerente aos bloqueios estruturais advindos das especificidades desta segmentação.

O objetivo do artigo é identificar as variáveis determinantes da receita e da despesa previdenciária, sob o impacto das mudanças estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Ademais, o artigo busca examinar alguns aspectos ainda não explorados das conseqüências das transformações estruturais do mercado de trabalho brasileiro sobre os resultados contábeis negativos da Previdência Social.

A primeira parte do artigo desenvolve a análise teórica e empírica sobre o perfil da distribuição ocupacional dos trabalhadores no mercado de trabalho, segundo o nível de qualificação, para identificar as transformações neste perfil, que possam potencialmente influenciar o balanço previdenciário. A segunda trata, primeiramente, do financiamento do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e da importância das aposentadorias por tempo de contribuição no total das despesas do RGPS. Em sequência, é testada a relevância das mudanças em variáveis selecionadas da estruturação ocupacional, sobre os determinantes da receita e despesas de contribuições e benefícios previdenciários. Complementando a análise é

testada a relação entre as mudanças no grau de formalização do mercado de trabalho, crescimento econômico e o nível de desemprego, e ainda os determinantes do rendimento médio do trabalhador formal.

Finalmente foi estimada a determinação das aposentadorias emitidas por tempo de contribuição a partir de três fatores: rendimento real dos trabalhadores formais; salário mínimo real; e participação da mulher no mercado de trabalho formal. Este teste visou verificar se a variação na participação feminina entre os ocupados formais se caracterizou como um elemento relevante na determinação dos benefícios pagos por tempo de contribuição, bem como na determinação do rendimento médio real dos trabalhadores formais.

II. Composição e evolução do perfil da estrutura ocupacional brasileira

II.1 Aspectos Metodológicos

Entre as hipóteses desta pesquisa, assume-se que as características e o peso das receitas de contribuição dos trabalhadores formalizados, relacionadas às remunerações auferidas, assim como suas transformações no tempo, têm impacto sobre a composição das contas previdenciárias. Por sua vez, a contribuição dos trabalhadores decorre de sua posição no perfil dos ocupados no mercado de trabalho, segundo o nível de qualificação, cujo conhecimento ainda não foi suficientemente explorado.

Para a análise empírica, desenvolveram-se tabulações especiais a partir da agregação dos dados das Pesquisas Anuais de Amostra por Domicílios-PNADS, comparadas em dois períodos distintos, agregando microdados em categorias ocupacionais específicas, definidas por uma Tipologia de Ocupações. A Tipologia foi baseada em estudo de Kon (1995: p.99) que definiu uma classificação com o fim específico de avaliação da distribuição do trabalho, em uma hierarquia segundo posição na ocupação e qualificação. Os grupos ocupacionais daquela classificação foram alterados para adaptação à nova classificação das ocupações das PNAD implementada a partir de 2002. A tipologia mencionada para a determinação do perfil estrutura ocupacional permitiu a agregação das ocupações em grupos que apresentam características comuns e adequadas aos fins da pesquisa, de modo a possibilitar uma observação da estruturação do trabalho, de uma forma mais detalhada do que permitiam as informações disponíveis publicadas.

Quadro I – Tipologia de Ocupações

A. Empresa	1. Dirigentes	(CD1 e CD2)
	2. Produção	Qualificados Nível 1 (PQ1) Qualificados Nível 2 (PQ2) Semi-qualificados Nível 1 (PSQ1) Semi-qualificados Nível 2 (PSQ2) Não-Qualificados (PNQ)
	3. Administração	Qualificados Nível 1 (AQ1) Qualificados Nível 2 (AQ2) Semi-qualificados Nível 1 (ASQ1) Semi-qualificados Nível 2 (ASQ2) Não-Qualificados (ANQ)
B. Conta Própria	1. Profissionais Liberais	(CP-PL)
	2. Outros	Qualificados Nível 1 Qualificados Nível 2 Semi-qualificados Nível 1 Semi-qualificados Nível 2 Não-Qualificados
C. Serviço Doméstico		(SD)

Fonte: Kon (1995: p.99).

A Tipologia de Ocupações selecionada resumida no Quadro I, atende aos objetivos deste trabalho. Tanto para as funções da Produção quanto da Administração, foram considerados como critério para classificação os níveis de qualificação hierarquizados, subdividindo-os em Qualificados, Semi qualificados ou Não qualificados, de acordo com características específicas definidas na pesquisa. Assim, foi possível compor a classificação das ocupações como: a) Pertencentes à organização empresarial, aos autônomos (incluindo os que exercem serviço doméstico remunerado); b) Posição no processo de produção: Classe Dirigente, área da Produção ou área da Administração; c) Qualificação: Qualificados (Níveis 1, com escolaridade superior e 2, sem escolaridade superior), Semi qualificados (Níveis 1, sem condições de chefia e 2, com condições de chefia), e Não qualificados.

Mostrou-se relevante investigar primeiramente as transformações nas composições estruturais da segmentação ocupacional e das remunerações atreladas a este perfil, segundo o gênero entre grupos de trabalhadores qualificados, semi-qualificados e não-qualificados e entre o mercado formal e informal de trabalho, dentro e fora de empresas, no intuito de verificar as características da cobertura previdenciária no contexto global de ocupados. Para isso, procurou-se adaptar a classificação a determinadas especificidades do mercado de trabalho brasileiro, como por exemplo, a representatividade das pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado e a dos autônomos, ou ainda a distribuição de empregados sem carteira

assinada, entre diferentes níveis de qualificação, seja na empresa ou trabalhando por conta própria.

A seguir, o mercado formal de trabalho nas empresas, âmbito da abrangência da Previdência Social, é apresentado de forma mais desagregada para caracterizar as diferentes distribuições presentes nos três grupos de qualificação mencionados, definidos os pesos diferenciados da concentração de trabalhadores nas distintas categorias cujas remunerações geram contribuições previdenciárias diversificadas.

Os anos de 2002 e 2008 foram selecionados para as tabulações por dois motivos: a) a partir de 2002 foram efetuadas mudanças conceituais na classificação das ocupações das PNADs, o que tornou menos factível a comparação com anos anteriores; b) no período de elaboração das tabulações especiais para este estudo, o ano de 2008 foi o mais atualizado disponível dos microdados necessários para construção das categorias ocupacionais. Salienta-se que as informações sobre ocupações agrupadas em categorias refletem características comuns a cada grupo, porém não expressam em detalhes as diferenças entre vários indivíduos em uma mesma ocupação, o que foge ao âmbito deste estudo. As tabulações desenvolvidas consideraram a disponibilidade das informações da PNAD sobre rendimentos médios, segundo gênero e condição de carteira assinada. Para caracterizar com maior precisão a condição do trabalho regulamentado, os vinculados ao setor da Administração Pública, como estatutários e os militares, foram integrados aos ocupados com carteira, pois apresentam outro tipo de vínculo legalizado que não o registro em Carteira de Trabalho (CT).

II.2 Distribuição e evolução dos ocupados no Brasil: mercado formal e informal de trabalho

As diferentes formas de ajustamento do mercado de trabalho às transformações econômicas tecnológicas e produtivas apresentam impactos diferenciados nas condições de trabalho formal ou informal, particularmente de acordo com a qualificação e gênero da mão-de-obra ativa. Um aspecto determinante para o estudo dos impactos da estruturação ocupacional no RGPS se refere ao fato de apenas os trabalhadores registrados participarem dele obrigatoriamente como contribuintes e beneficiário. Por isso, as condições de informalidade da mão-de-obra devem ser objeto de análise específica. A contribuição previdenciária facultativa dos trabalhadores autônomos é pouco significativa no contexto

global das receitas e dos gastos previdenciários², de modo que não foram selecionadas para análise neste estudo.

As discussões sobre a conceituação de trabalho formal e informal são extensas e sofrem modificações de acordo com a história das transformações econômicas mundiais. As principais linhas teóricas conceituais sobre o trabalho informal revelam que a economia informal é uma noção cujas fronteiras sociais e econômicas estão em constante movimento e não podem ser capturadas por uma definição estrita; conseqüentemente, o mesmo se dá com o trabalho formal. Diferentes conceitos ou definições de trabalho informal ou formal são adotados, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vêm passando as economias no decorrer do tempo, no processo de (sub) desenvolvimento (OIT, 1993; Ulissea, 2005; Kon, 2006; Cacciamali, 2007).

Neste trabalho interessa avaliar os determinantes do mercado formal de trabalho e sua abrangência na economia brasileira. Por isso, adotou-se como conceito de emprego formal o que está ligado ao aspecto legal, uma vez que o mesmo tem proteção governamental e dos sindicatos. Esta formalidade está relacionada ao cumprimento de normas legais que organizam a atividade econômica e o mercado de trabalho³.

Os trabalhadores que recebem um salário, mas não possuem registro em CT, e os trabalhadores por conta própria, caracterizam o mercado informal. Em sua maior parte, os informais são pessoas que não encontram mais empregos no mercado formal de trabalho, embora exerçam de atividades que não são passageiras e que têm uma função econômica importante na geração de trabalho e de valor agregado (Ouriques e Vieira, 1998, p.5; Cacciamali, 2007; Kon, Leite, e Marques, 2010).

No conjunto do mercado de trabalho, as taxas anuais do volume dos ocupados mostraram, no período analisado, decréscimo de 5,1%, porém os indicadores negativos se devem aos trabalhadores por Conta Própria (Tabela 1). Em 2002, os ocupados formais, contribuintes da Previdência, correspondiam a quase 30% do total dos trabalhadores em cada um dos três níveis de qualificação definidos (chegando a 1/3 entre os qualificados). No período, apresentam uma evolução considerável na representatividade: os semi-qualificados atingindo 45% do total dos trabalhadores em 2008 e os demais níveis, cerca de 40%.

² A arrecadação dos contribuintes individuais - categoria em que os autônomos poderiam ser incluídos - representou apenas 4% do total da arrecadação do RGPS em 2008 (Ministério da Previdência Social, Infologo).

³ Como é notório que, no Brasil, a formalidade do emprego ocorre mediante a CT registrada e a contribuição para a previdência social representada pelo INSS.

Tabela 1 - Participação e evolução dos ocupados, segundo vínculo empregatício e qualificação

	Qualificação		Qualificados	Semi-qualificados	Não-qualificados
Empresas	Com carteira	2002	32,7	29,5	31,6
		2008	40,7	45,4	40,0
		2008/2002 %a.a	24,6 5,3	53,6 9,1	26,6 5,7
	Sem carteira	2002	27,1	17,8	36,7
		2008	31,1	20,7	41,8
		2008/2002 %a.a	14,4 4,3	16,0 5,5	14,0 3,7
Conta própria		2002	40,2	52,6	31,7
		2008	28,2	33,9	18,2
		2008/2002	-29,7	-35,5	-42,6
		%a.a	-4,0	-5,8	-6,6
Total		2002	20,20	61,61	19,17
		2008	22,80	58,83	18,38
		%a.a	7,1	-9,4	-4,1

Fonte dos dados brutos: IBGE/PNADs 2002 e 2008. Tabulações especiais, elaboração própria

As taxas de crescimento no período foram superiores às dos demais trabalhadores informais e consideravelmente mais representativas entre os semi-qualificados, cuja participação se elevou em quase 54%, o que corresponde a um crescimento anual de 9%. Embora em menores taxas (respectivamente em torno de 25%), o mesmo se verificou entre os qualificados e não-qualificados, cujas taxas anuais se mantiveram superiores a 5%. Esses indicadores mostram que a cobertura dos benefícios previdenciários atingia menos de 1/3 dos trabalhadores.

No mercado informal internamente às empresas, a maior representatividade de trabalhadores sem carteira se aloca entre os não-qualificados que participavam com cerca de 37% de trabalhadores daquela categoria em 2002, com uma elevação anual de 3,7% no período. Nesta condição de informalidade os qualificados tiveram uma elevação na representatividade, dentro de seu nível de qualificação, de 27% a 31% no período (4,3% ao ano), e dos semi-qualificados, perto de 18% se situavam na condição de informais nas empresas, mas o crescimento anual da participação foi superior (5,5%).

A literatura brasileira aponta que o tipo de contratação pelas empresas sem vínculo empregatício legalizado, ou que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais e laborais, é resultado da incapacidade de serem assumidos gastos de registro, tributos e outros custos do trabalho. Segundo alguns autores (Ulissea, 2005; Curi e Menezes Filho, 2009), as causas determinantes da formação e crescimento do setor informal estão na excessiva regulação do Estado, baseada em impostos, regulamentações, proibições e corrupção burocrática.

A inexistência de vínculo previdenciário implica não apenas remuneração mínima e falta de proteção social, mas também ausência de exploração das potencialidades de crescimento das receitas previdenciárias.

Dos anos 1990 em diante, observou-se a renovação das relações de trabalho assalariado ou não-assalariado pela utilização de outras formas de trabalho a domicílio e de trabalho temporário, intermediadas por firmas locadoras de mão-de-obra ou sub-contratação. Este conjunto de novas relações de trabalho criado pela estratégia de empresas oligopolistas se difundiu para todo o espaço econômico, levando à reestruturação das demais firmas e gerando condições para a ampliação do trabalho sem carteira nas empresas ou por Conta Própria. Adicionalmente surgem no setor informal oportunidades de ganhos superiores aos empregos de média e baixa qualificação e finalmente, a ampliação das atividades informais é devida ainda à dificuldade de sobrevivência de indivíduos que não logram reempregar-se ou ingressar no mercado de trabalho formal e aceitam exercer trabalhos com menor remuneração (Kon, 2006; Baltar, Leone e Borghi, 2009).

Com relação à categoria de trabalhadores por Conta Própria – que pertencem às denominadas economias subterrâneas, invisíveis, paralelas ou negras – observam-se as maiores participações de trabalhadores em todos os níveis de qualificação e particularmente entre os semi-qualificados, verifica-se uma representatividade de quase 53% em 2002, enquanto os demais níveis contavam com mais de 40% e 31% respectivamente entre os qualificados e não-qualificados. No entanto a evolução desta proporção no período foi negativa para todos os níveis de qualificação, chegando a taxas anuais de queda entre 4% e 7%.

Os dados da evolução anual do total de trabalhadores revelam que, entre os qualificados, parte da queda de trabalhadores por Conta Própria pode ter sido causada pela migração de trabalhadores para as empresas. No entanto, entre os semi-qualificados e não-qualificados as taxas anuais totais foram consideravelmente negativas (-9,4% e -4,1% respectivamente), permitindo inferir que parte destes migrou para ocupações qualificadas, mas que outra parte se afastou do mercado de trabalho. A literatura mostra que, em períodos de menor crescimento econômico, alguns trabalhadores deixam de trabalhar por “desalento”, ou seja, desistem de pertencer à força de trabalho ativa (SEADE, 2004; IBGE, 2008).

Outro aspecto relevante da composição ocupacional, que apresenta impactos nas contas previdenciárias, é a participação dos gêneros no mercado de trabalho. A questão de gênero acrescenta uma nova perspectiva à análise da distribuição ocupacional, pois repercute na proporção de empregos formais, na forma de segmentação interna do trabalho e nas taxas de

desemprego, variáveis determinantes da arrecadação previdenciária. As diversidades dos níveis de remunerações e de oportunidades de alocações, em situação de formalidade nas empresas, influenciam no nível das contribuições previdenciárias e na potencialidade de maiores ou menores déficits de suas contas.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos ocupados, segundo gênero, e a evolução desta composição, de acordo a condição de formalidade. Observe-se que em quase todas as situações a representatividade masculina é relativamente superior, mas com diferentes intensidades entre as várias formas de trabalho. A participação do total de ocupados masculinos nos níveis de semi-qualificados e não-qualificados diminuiu consideravelmente de 2002 a 2008, confirmando as informações do IBGE de crescimento gradativo da participação feminina no mercado de trabalho.

Tabela 2 - Participação dos ocupados no total dos ocupados segundo vínculo empregatício, gênero e qualificação (%)

Brasil, 2002 e 2008

Qualificação		Período	Qualificados		Semi-qualificados		Não-qualificados	
			H	M	H	M	H	M
Empresas	Com carteira	2002	54,1	45,9	77,5	22,5	55,7	44,3
		2008	46,8	53,2	66,4	33,6	43,5	56,5
		2008/2002 (%)	-13,56	16,0	-14,3	49,5	-21,9	27,6
	Sem carteira	2002	65,7	34,3	81,2	18,8	23,1	76,9
		2008	63,5	36,5	71,9	28,1	21,5	78,5
		2008/2002 (%)	-3,4	6,4	-11,5	50,0	-6,8	2,0
Conta própria		2002	78,4	21,6	54,7	45,3	54,1	45,9
		2008	72,4	27,6	55,1	44,9	52,1	47,9
		2008/2002 (%)	-7,7	27,7	0,9	-1,1	-3,6	4,3
Total		2002	61,2	38,8	68,5	31,5	41,2	58,8
		2008	59,2	40,8	63,7	36,3	35,9	64,1
		2008/2002 (%)	-3,2	5,1	-6,9	15,1	-13,0	9,1

Fonte dos dados brutos : IBGE/PNADs 2002 e 2008. Tabulações especiais, elaboração própria.

Entre os trabalhadores formais qualificados e não-qualificados, ocorreu um comportamento peculiar de mudança estrutural, pois se em 2002 os homens participavam com aproximadamente 55% dos postos de trabalho nos dois níveis de qualificação, em 2008 houve uma inversão da concentração segundo o gênero, pois as mulheres passaram a representar respectivamente mais de 53% e quase 57%.

Este aumento da participação feminina foi consideravelmente superior nesta situação de formalidade, do que nas demais condições. Entre os semi-qualificados, a diferença de

representatividade é relativamente mais considerável, pois as mulheres participavam em 2002 com perto de 23% dos empregos formais. Porém, no final do período analisado, esta concentração foi para quase 44%, atingindo uma representatividade de metade dos empregos formais neste nível de qualificação, o que equivale a um aumento de quase 50% na participação no período. A partir deste resultado, é possível inferir-se que a escolaridade superior feminina, retratada nas pesquisas do IBGE, permitiu em parte a substituição de homens, em um período de baixo crescimento e busca de estabilidade permanente, tendo em vista que as mulheres auferem em média salários menores, como é mostrado adiante.

Com respeito aos trabalhadores sem carteira das empresas, a participação masculina nos níveis de qualificados e semi-qualificados é ainda superior em relação aos formais, mas observa-se a mesma trajetória de queda nesta situação relativa no período; entre os semi-qualificados os postos de trabalho preenchidos por mulheres teve uma evolução de 50% na representatividade.

Na categoria de não-qualificados sem carteira, de modo diferente do que em outros níveis, as mulheres ocupam mais de $\frac{3}{4}$ dos postos, porém com elevação pouco significativa no período. Isso significa que entre os trabalhadores menos qualificados, em que o nível de rotatividade nas empresas é consideravelmente superior, as mulheres têm prioridade na contratação, desde que aceitam salários menores e não proteção com carteira (Fichtenbaum, Gyimah-Brempong e Olson, 1994).

As transformações estruturais que ocorreram internamente ao setor formal das atividades da economia, embora não muito contundentes, por um lado se revestiram de um caráter inovador mas, por outro, vem desempenhando um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos formais necessários para incorporar parcela adicional de trabalhadores ainda não protegidos pela previdência e ainda absorver o crescimento da força de trabalho. Isso se verifica porque a qualificação da força de trabalho apresenta um descompasso em relação à abertura de postos de trabalho mais qualificados e não atende completamente às necessidades requisitadas por estas ocupações.

Observa-se uma mudança estrutural em algumas relações entre modalidades de trabalho de 2002 a 2008, no que se refere aos rendimentos médios segundo vínculo empregatício, para os dois gêneros (Tabela 3). Tanto os homens quanto as mulheres apresentavam nos dois períodos indicadores de defasagem nos rendimentos médios entre os ocupados com carteira assinada e sem carteira (IDRV) abaixo da unidade, o que significa que as remunerações dos sem carteiras eram inferiores aos formais, em todos os níveis de qualificação.

No entanto, no período, algumas mudanças na proporção destes indicadores ocorreram entre as mulheres qualificadas, cuja defasagem de rendimentos aumentou em 2008, pois a remuneração média, que correspondia a 90% abaixo da média brasileira para as sem vínculo legalizado nas empresas em 2002, passou a equivaler a 60%. Entre as semi-qualificadas, a defasagem diminuiu não muito significativamente, de uma equivalência de 50% dos rendimentos das sem carteira com relação as com vínculo, no início do período analisado para 60% em 2008.

Tabela 3 - Rendimentos médios* dos ocupados segundo condição de vínculo empregatício e qualificação Brasil 2002 e 2008 (em salários mínimos)

	Homem			Mulher			Total				
	C/C	S/C	IDRV*	C/C	S/C	IDRV*	C/C	IDRG**	S/C	IDRG**	IDRV*
2002											
Qualificados	9,4	5,7	0,6	6,1	5,3	0,9	7,7	0,6	4,7	0,9	0,6
Semi-qualif.	3,0	1,4	0,5	2,6	1,4	0,5	2,9	0,9	1,5	1,0	0,5
Não-qualif.	1,7	1,3	0,7	1,5	0,9	0,6	1,7	0,9	1,0	0,7	0,6
2008											
Qualificados	6,7	4,3	0,6	4,4	2,6	0,6	5,5	0,7	3,4	0,6	0,6
Semi-qualif.	2,5	1,3	0,5	2,0	1,2	0,6	2,1	0,8	1,2	0,9	0,6
Não-qualif.	1,6	1,1	0,7	1,3	0,8	0,6	1,4	0,8	0,8	0,7	0,6

Fonte dos dados brutos: IBGE/PNADs 2002 e 2008. Tabulações especiais, elaboração própria

*IDRV = Índice de defasagem dos rendimentos médios segundo vínculo empregatício (Sem Carteira / Com Carteira),

**IDRG = Índice de defasagem dos rendimentos médios segundo gênero (Mulheres / Homens).

A Tabela 3 mostra ainda as diferenças de remuneração entre gêneros (IDRG), onde se verifica que a relação entre remunerações masculinas e femininas teve ligeira alteração, embora essas últimas permaneçam sempre inferiores às masculinas em todos os níveis de qualificação. Entre os qualificados com carteira, que contribuem para a Previdência, houve melhora, embora não muito significativa, entre os períodos: a relação aos homens passou de 60% para 70% enquanto que nos níveis de semi-qualificados e não-qualificados esta defasagem aumentou, embora a disparidade seja menor.

Entre outras causas determinantes das diferenças na remuneração entre os gêneros, a literatura destaca a influência da disponibilidade de capital humano – aqui representada pelo nível de qualificação – além da existência de diferenciais de compensação para os mesmos tipos de trabalhos e a discriminação (Abramo, 2006; Kon, 2009). No entanto, especificamente para o Brasil, apesar de maiores taxas femininas de escolaridade, frequentemente as oportunidades de emprego legalizado e as condições de remuneração do trabalho em uma

determinada função são superiores para os homens a não ser em períodos de menor atividade econômica (Próni e Acosta, 2007; Kon, 2009).

A inter-relação entre o setor formal e o informal é definida pela complementaridade e concorrência como características fundamentais, sendo o setor informal não completamente integrado nem completamente autônomo, porém conserva um grau significativo de relações com o resto da economia, sem perder a autonomia. Este conceito implica que o setor teria possibilidade de assegurar trabalho para o excedente da mão-de-obra que nele desejasse ingressar, e que a variável de ajuste seria a renda média das pessoas ocupadas, que flutuaria “entre um nível mínimo de subsistência e o nível em que se encontrem alternativas de trabalho” (OIT, 1993; Cacciamali, 2007).

Algumas características da condição de informalidade permitem sua maior adaptação e adequação a economias que se encontram em fases mais atrasadas no processo de desenvolvimento, da mesma forma que a informalidade em economias mais avançadas pode assumir conotações diversas. A relação entre o aumento da informalidade e a estagnação do desenvolvimento no país tem sido claramente detectada em pesquisas empíricas. Se por um lado estas atividades desempenham um papel na absorção de excedentes da mão-de-obra marginais ou parasitárias, por outro lado são compostas por atividades altamente qualificadas.

Qualquer alteração nas fronteiras institucionais da regulamentação das atividades econômicas produz um realinhamento do relacionamento formal-informal. O setor informal, portanto, é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal destas. De forma oposta a abordagens mais tradicionais desenvolvimentistas, as observações mais recentes revelam que a tendência do setor informal é de crescer nas economias altamente institucionalizadas a expensas dos relacionamentos formalizados de trabalho. Isso representa uma nova tendência social, ao invés de constituir uma simples situação de atraso a partir de relacionamentos tradicionais de produção (Kon, 2009).

II.3. Transformações recentes no perfil ocupacional dos trabalhadores formais das empresas

II.3.1 – Distribuição dos ocupados segundo qualificação

A composição e reestruturação da estrutura produtiva e ocupacional, no Brasil, no período analisado – como nos demais países de vários níveis de desenvolvimento –, resultaram dos impactos diversos sobre as condições específicas de inserção do país no contexto mundial e, conseqüentemente, da expansão da mundialização.

Em relação ao mercado de trabalho, a hipótese que fundamenta o processo de transformações estruturais ocorridas nos últimos anos é que a aceleração do progresso tecnológico e da globalização econômica obrigou a uma reestruturação tecnológica e organizacional das empresas, implicando também a acomodação do trabalho aos novos requisitos tecnológicos, que exigem flexibilização das capacidades individuais (Gomes, 2009, Kon, 2006). Neste contexto, as empresas passam por processos diferenciados de mudanças qualitativas e quantitativas na segmentação ocupacional entre níveis diferenciados de qualificação, segundo as condições específicas de sua força de trabalho, que permitam ou não o ajustamento mais dinâmico ao novo cenário mundial.

Estas premissas apresentam repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e natureza do produto. A dinâmica do avanço tecnológico tem impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo em que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de ocupações e postos de trabalhos.

Transformam-se também os requisitos essenciais da força de trabalho para assumir novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas vem sendo substituída pela necessidade de adequação a constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender a funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, atualmente caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos.

Como mencionado anteriormente, observou-se a ocorrência de renovação das relações de trabalho, através da utilização de outras formas de trabalho a domicílio e de trabalho temporário, intermediadas por firmas locadoras de mão-de-obra ou sub-contratação (Araujo Jr, 2009). O início da intensificação da mundialização ocorreu paralelamente às políticas de estabilização macroeconômica, particularmente buscando a queda da inflação que seguia para um processo hiperinflacionário no início dos anos 1990. Neste contexto, as empresas nacionais passaram por ajustamentos consideráveis, visando a compatibilização da necessidade de investimentos em modernização tecnológica e organizacional, ao lado de políticas que restringiam a atividades econômicas e de uma força de trabalho não preparada para assumir os novos requisitos de qualificação acarretados pelos novos processos produtivos modernizantes.

A condição recente da distribuição do emprego com carteira assinada nas empresas brasileiras resulta dos ajustamentos necessários às mudanças nos processos produtivos, particularmente em um contexto micro-econômico em que as transformações produtivas e organizacionais decorrem menos intensamente em relação a outros países mundializados, porém onde impera o processo de terceirização dentro de empresas capitalistas, que conduz a novas formas de inter-relações entre os mercados formal e informal dentro das empresas e entre cadeias produtivas.

A pesquisa permitiu observar que entre os trabalhadores formais, os semi-qualificados mostram a maior concentração de trabalhadores com carteira nas empresas, em torno de 60%, enquanto os qualificados correspondem a pouco acima de 21% e a menor concentração se verifica entre os não-qualificados, que no período diminuíram sua representatividade. No que se refere à participação de ocupados internamente a cada um dos três níveis agregados de qualificação, verifica-se que, em 2002, em torno de 75% se situavam nos níveis de não-qualificados que exerciam ocupações administrativas (ANQ) e, entre os semi-qualificados sem atribuição de chefias das áreas de produção e administração, cerca de 45% em cada categoria (PSQ1 e ASQ1).

A análise da evolução desta distribuição mostra mudança considerável apenas na categoria de semi-qualificados com atribuições de chefia (PSQ2), que em 2008 perdeu cerca de 40% no volume de trabalhadores concentrados, mas cujo peso relativo no contexto das categorias é muito baixo (1,81% dos semi-qualificados). Apenas algumas categorias de qualificados da produção e da administração aumentaram a aglomeração de ocupados. As demais categorias apresentaram queda não significativa na participação.

Portanto, internamente aos três grandes grupos ocupacionais, os níveis de qualificação mostram bastante diversidade no nível de concentração, que acarretam em pesos diversificados no cálculo das remunerações médias globais, de acordo com as específicas funções. Essa dinâmica estrutural, desde que associada a níveis relacionados de remuneração, é responsável por resultados que podem ser, com maior ou menor intensidade, favoráveis ou desfavoráveis ao crescimento da arrecadação previdenciária. Posteriormente, são analisados os resultados das diferenças nos rendimentos médios entre estas categorias, através dos quais é possível inferir os efeitos sobre a arrecadação previdenciária global.

A tendência à flexibilização do trabalho também se verificou nas duas últimas décadas e é caracterizado no período de análise deste estudo, de 2002 a 2008, porém os ajustamentos nas formas de contratação ocorreram de maneira não oficial, pois as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas impedem soluções mais flexíveis de contratação do trabalho.

Particularmente após a crise financeira mundial, a necessidade de retornar ao crescimento e à geração de postos de trabalho tornou ainda premente a flexibilização do mercado de trabalho (Chahad, 2009; Kon, 2009). O nível de flexibilidade existente na possibilidade de contratação apresenta implicações consideráveis sobre a formalidade do contrato de trabalho e consequentemente sobre o nível de arrecadação previdenciária.

A flexibilização do mercado de trabalho tem sido apontada como crucial ao processo de desenvolvimento econômico, como meio de permitir que as empresas se adaptem às mudanças nas condições de mercado. A literatura sobre as condições de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro salienta duas tendências diversas de análise: a) alguns autores destacam a existência de uma flexibilidade “natural” latente do mercado; b) outros pesquisadores salientam a necessidade de políticas públicas específicas e de reformas flexibilizantes nas leis das relações de trabalho vigentes, para permitir maior geração de emprego formal (Barros e Mendonça, 1997; Chahad 2009).

Especificamente com relação ao gênero, no Brasil a flexibilização salarial das ocupações formais é frequentemente utilizada via substituição de postos ocupados por homens, pela ocupação feminina. Isto se deve à possibilidade de aceitação de níveis salariais inferiores pelas mulheres, embora tenham muitas vezes escolaridade superior a dos homens. Em um prazo mais longo, as diferenças entre os salários segundo o gênero tenderiam a se equilibrar, devido à absorção relativamente maior de trabalhadoras. No entanto, esta condição ainda não é completamente difundida no mercado formal, tendo em vista a relação custo benefício de contratar mulheres a um salário mais baixo ou correr o risco de arcar com maiores custos por trabalhador como decorrência da maternidade.

A pesquisa mais detalhada mostrou que na maior parte das categorias ocupacionais a participação masculina é superior e acompanhada por remunerações também superiores. Apenas nas categorias de qualificados da área de produção, que agregam em sua maioria ocupações do Ensino e Saúde, a representatividade feminina é consideravelmente superior. Também entre os semi-qualificados sem atribuição de chefia da administração a concentração de mulheres é acima de 50%, mais intensamente representada por ocupações de secretárias. Com relação à evolução da representatividade no período analisado, em que a economia brasileira não apresentou um crescimento acentuado, observa-se o aumento da concentração feminina em quase todas as categorias, com exceção das ocupações qualificadas com escolaridade média da área da produção e das semi-qualificadas de nível superior de escolaridade da área administrativa. Em ocupações qualificadas da classe de dirigentes não proprietários, da área da administração com grau superior e ainda nas semi-qualificadas com

atribuições de chefia a substituição de postos ocupados por homens por um contingente feminino com menores salários, atingiu taxas significativas em relação ao crescimento da economia, respectivamente de 10%,15% e quase 20%. As implicações destas mudanças sobre a arrecadação previdenciárias resultam das remunerações relativas às categorias ocupacionais em que ocorreram as maiores substituições.

Em suma, a flexibilidade interna às empresas transforma as condições de trabalho formal nas indústrias em que predomina o trabalho masculino, pela substituição em uma função semelhante por uma mulher, em condições “secundárias”, ou seja, que apresentam poucas perspectivas de promoção e condições vagas de definição da permanência no posto de trabalho.

II.3.2 – Distribuição dos rendimentos dos ocupados formais nas empresas segundo qualificação

Como visto, as taxas de participação dos gêneros no mercado de trabalho, bem como sua evolução, resultam em diferentes possibilidades das forças de trabalho nacionais e regionais de apresentarem maior ou menor grau de ajustamento às condições de desenvolvimento econômico, pois cada uma das formas de flexibilidade anteriormente descritas recebe forte influência do sexo do trabalhador. A flexibilidade salarial no Brasil, assim como nos outros países em desenvolvimento, afeta o salário familiar do trabalhador masculino, pois cada vez mais os trabalhos são pagos em consonância aos salários femininos (que são inferiores), quando existir a possibilidade de substituição daquela função por uma trabalhadora. A flexibilidade no emprego é obtida muitas vezes através do uso de trabalhadores em tempo parcial ou temporários, modalidade a que particularmente se adapta um número superior de mulheres.

Os reflexos desta estruturação ocupacional nas receitas e gastos previdenciários são resultado das diversidades de remunerações entre as categorias ocupacionais e entre os gêneros, como já observado. A Tabela 4 apresenta a distribuição e a evolução dos rendimentos médios reais dos ocupados formais por categoria ocupacional e gênero. Observa-se que os rendimentos médios do total dos semi-qualificados e dos não qualificados correspondem respectivamente a 36% e 18%, do que usufruíam os alocados entre os qualificados em 2002; em 2008, equivaliam a 43% e 28%, mostrando, uma diminuição relativa na defasagem de remunerações entre estes níveis mais agregados. Porém, internamente

a cada um destes níveis agregados de qualificação, as defasagens são mais significativas entre os qualificados e menos díspares nos outros dois níveis.

Tabela 4 – Rendimentos médios reais dos ocupados com carteira segundo qualificação
Brasil, 2002 e 2008

(Em salários Mínimos)

Nível de qualificação	Homem			Mulher			Total			IDRG*	
	2002	2008	2008/2002 (%)	2002	2008	2008/2002 (%)	2002	2008	2008/2002 (%)	2002	2008
Qualificados											
CD2	6,1	6,6	8,0	4,1	4,9	18,9	5,3	6,0	13,0	0,7	0,7
PQ1	2,1	3,8	78,3	1,4	2,4	71,4	1,7	3,0	79,0	0,7	0,6
PQ2	6,4	8,1	26,9	3,1	4,1	31,0	4,2	5,3	26,6	0,5	0,5
AQ1	4,7	6,3	33,0	4,4	5,7	30,5	4,6	6,1	31,5	0,9	0,9
AQ2	7,8	11,4	46,2	6,7	8,6	28,9	5,6	10,1	79,3	0,9	0,8
Total	4,7	6,3	32,7	3,1	4,0	30,1	4,2	5,1	21,4	0,6	0,6
Semi-qualificados											
PSQ1	1,2	2,1	81,8	0,7	1,4	89,1	1,5	2,0	31,0	0,6	0,7
PSQ2	2,0	3,6	80,0	2,1	2,8	34,5	2,1	3,1	48,8	1,0	0,8
ASQ1	1,8	2,7	54,0	1,4	2,0	46,7	1,5	2,3	48,8	0,8	0,7
ASQ2	2,5	3,7	51,0	2,4	3,8	59,5	2,4	3,7	54,1	1,0	1,0
Total	1,8	2,4	33,3	1,5	2,0	33,3	1,5	2,2	45,3	0,8	0,8
Não-qualificados											
PNQ	0,9	1,6	77,3	0,7	1,3	75,9	0,8	1,5	85,2	0,8	0,8
ANQ	0,9	1,5	66,2	0,7	1,2	78,8	0,8	1,4	74,6	0,7	0,8
SD	0,7	1,3	85,7	0,7	1,2	80,5	0,6	1,2	96,1	0,9	0,9
Total	0,8	1,5	95,8	0,7	1,3	92,8	0,8	1,4	82,5	0,9	0,9

Fonte dos dados brutos: IBGE/PNADS 2002 e 2008. Tabulações especiais, elaboração própria.

* CD2 = Classe Dirigente (não proprietários); P = produção; A = Administração SD = Serviço Doméstico; Q = Qualificados; SQ = Semi-Qualificados; NQ = Não-qualificados; 1= nível médio de escolaridade; 2 = nível superior de escolaridade.

*IDRG = índice de defasagem de remuneração entre gêneros: rendimentos femininos sobre masculinos

A defasagem e rendimentos entre gêneros se verifica na quase totalidade das categorias ocupacionais, exceto nos níveis de semi-qualificados da área da produção, com cargo de chefia em 2002, e da área de administração em 2008, cujos salários femininos são em torno de 4% superiores em 2008. Nos demais níveis, as remunerações mostram proporções muito diferenciadas de defasagens, que se estabelecem em um intervalo de 3% a 50% menores para as remunerações femininas.

A evolução das remunerações mostra ganhos nos rendimentos em todas as categorias e nos dois gêneros, com graus diferentes de intensidades. Salienta-se, contudo, que os ganhos menores no período, em ambos os gêneros mas com menor intensidade entre os homens, ocorreram nas categorias de gerentes qualificados, entre os qualificados de nível superior da administração, que corresponde a Profissionais Liberais, bem como entre os semi-qualificados com nível de chefia na área da produção, níveis em que ocorreram as maiores substituições de

homens por mulheres com salários inferiores. Estes resultados corroboram as premissas teóricas de que particularmente em períodos de atividade econômica menos intensa, as empresas aumentam a contratação de mulheres em substituição aos homens, com remunerações inferiores, principalmente em categorias de ocupações mais qualificadas.

Em sequência à análise sobre as transformações no perfil ocupacional do mercado de trabalho formal brasileiro a etapa seguinte deste trabalho investiga se podem ser constatadas repercussões significativas das mudanças na distribuição dos ocupados sobre os resultados do orçamento previdenciário. Foram utilizadas as informações das PNADs como referido anteriormente, bem como outros indicadores relevantes de resultados previdenciários e de desenvolvimento econômico, para os testes econométricos apresentados em sequência. Em primeiro lugar é apresentado o panorama atual do orçamento previdenciário, conforme determinado pelo Regime Geral da Previdência Social brasileiro, para em sequência testar as hipóteses formuladas.

III. Mercado de Trabalho e Previdência Social

III.1 – O Regime Geral da Previdência Social (RGPS)

O RGPS garante uma renda de substituição em casos de velhice, morte, doença, acidente, gravidez e prisão para os trabalhadores do mercado formal. Para ter direito a essa proteção é necessário estar inscrito no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e cumprir as condições de acesso específicas de cada benefício. O processo de entrada e saída de um benefício do sistema previdenciário envolve três etapas: concessão, manutenção e cessação. A concessão trata do fluxo de entrada de novos benefícios; a manutenção contempla os benefícios ativos, isto é, o estoque de benefícios anterior, mais os concedidos e menos os cessados; e a cessação refere-se àqueles que não mais geram créditos (MPAS, 2008).

Em dezembro de 2008, o RGPS pagou 22.776.205 benefícios a título de manutenção. Desses, 96,5% eram previdenciários e 3,5% relativos a acidente de trabalho. Entre os benefícios previdenciários, a maior parte (62,9%) refere-se à aposentadoria, distribuída entre aposentadoria por tempo de contribuição (ATC - 17,9%), por idade (32,5%) e por invalidez (12,5%). Quatros estados da Federação concentram 72% das aposentadorias pagas por tempo de contribuição: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Se a isso somam o Paraná e Santa Catarina, o percentual se eleva para 83%, coincidindo com a importância da formalização do trabalho desses estados no total do mercado de trabalho brasileiro.

Para garantir o pagamento desses benefícios, o RGPS gastou R\$ 175,1 bilhões, em 2008, sendo R\$ 169,7 bilhões apenas com benefícios previdenciários e R\$ 5,4 bilhões com os não previdenciários (MPAS, 2009). Essas despesas equivaleram a 5,6% e 0,2% do PIB, respectivamente. As aposentadorias constituem o principal item da despesa previdenciária (66,1%) e, entre elas, as ATCs são responsáveis por 31,6%, seguidas da por idade (23,5%).

Para as posições de dezembro de 2000 e de 2008, a Tabela 5 apresenta a participação dos principais grupos de benefícios no total dos benefícios emitidos e no total do gasto do RGPS. A participação dos benefícios previdenciários no total dos benefícios pagos pelo RGPS aumentou em 0,3 ponto percentual e sua participação em termos do valor da despesa, 0,2 ponto percentual. Entre os benefícios previdenciários, embora a participação da quantidade de ATC tenha perdido apenas 1,2 ponto percentual, sua participação no total do gasto decresceu substancialmente, perdendo 8,6 pontos percentuais, evidenciando uma redução significativa do benefício médio das ATCs. A queda do gasto com as APCS no total da despesa do RGPS foi provocada pela expansão relativa de outras espécies de benefícios (MPAS, 2008), muito embora o valor real médio das aposentadorias, por ATC e por idade, tenha diminuído significativamente no período em análise (Tabela 6).

Tabela 5 - Participação no total dos benefícios emitidos e no total do gasto dos principais benefícios do RGPS.

BENEFÍCIOS DO RGPS	2000 Quantidade de benefícios emitidos	2008 Quantidade de benefícios emitidos	2000 Valor pago	2008 Valor pago
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Previdenciários	96,2%	96,5%	96,7%	96,9%
Aposentadorias	63,8%	62,9%	69,2%	66,4%
Tempo de Contribuição	19,1%	17,9%	40,0%	31,6%
Idade	31,9%	32,5%	19,8%	23,5%
Invalidez	12,8%	12,5%	9,4%	11,3%
Pensões por Morte	28,7%	27,6%	23,3%	24,4%
Auxílios	3,0%	6,0%	3,0%	6,0%
Salário-Maternidade	0,8%	0,2%	0,8%	0,1%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Acidentários	3,8%	3,5%	3,3%	3,1%
Aposentadoria por Invalidez	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%
Pensão por Morte	0,7%	0,6%	0,9%	0,6%
Auxílios	2,4%	2,2%	1,6%	1,7%

Defator: IGP-DI de 2008

Fonte: MPAS. Elaboração própria.

Em 2000, 63% das aposentadorias por idade eram destinadas à clientela rural e 37% à clientela urbana; em 2008, essa distribuição passou a 51% e 49%, respectivamente. A clientela urbana recebeu a totalidade das concessões das ATCs, pois essa praticamente não existe junto à clientela rural (Tabela 6).

Tabela 6 - Aposentadorias concedidas, por clientela urbana e rural, nos anos de 2000 e 2008

Ano	2000			2008		
Tipo de Aposentadoria	Tempo de Contribuição	Idade	Invalidez	Tempo de Contribuição	Idade	Invalidez
Valores em R\$ 1.000 a preços de 2008						
Urbana	155.874	57.826	90.449	304.176	135.785	143.707
Rural	537	98.531	7.309	828	138.626	8.686
Total	156.411	156.357	97.758	305.004	274.411	152.393
Quantidade de Benefícios						
Urbana	113.998	89.221	127.830	267.379	215.397	172.986
Rural	688	318.727	20.584	1.542	336.481	21.187
Total	114.686	407.948	148.414	268.921	551.878	194.173
Valores Médios em R\$ a preços de 2008						
Urbana	1.367	648	708	1.138	630	831
Rural	780	309	355	537	412	410
Total	1.364	383	659	1.134	497	785

Deflator: IGP-DI de 2008

Fonte: MPAS. Elaboração própria.

Além da redução do valor médio das aposentadorias, a maior transformação ocorrida no período refere-se à idade dos segurados no momento da aposentadoria. Como pode ser visto na Tabela 7, em 1998, 77,3% das novas ATCs foram concedidas para segurados com idade entre 45 a 64 anos; em 2008, esse percentual aumentou para 96,0%. Isso se deveu à aplicação do fator previdenciário, introduzido por Fernando Henrique Cardoso⁴. Dada a fórmula desse fator, e considerando que a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado, elevou-se a idade do segurado no momento da aposentadoria, com impacto maior nas mulheres do que nos homens.

Assim, enquanto em 1998⁵ 72,9% das mulheres e 78,7% dos homens haviam solicitado aposentadoria com idade entre 45 e 64 anos, em 2008 esse percentual foi de 96,1% e 95,9%, respectivamente. Esse resultado mostra que o fator reduziu a diferença entre homens e mulheres em relação à idade de solicitação de ATC. No período, embora a proporção de mulheres na faixa 45 a 64 anos tenha crescido mais do que a dos homens, estes se concentraram mais na parcela superior da faixa, enquanto a mulher foi conduzida à faixa, situando-se mais na parcela inferior. Isto é evidenciado pela evolução da idade média de

⁴ A fórmula de cálculo do valor da ATC é: $FPR = [(TC \times a) / Es] \times [1 + (Id + Tc \times a) / 100]$, onde "TC" é o tempo de contribuição; "a" é a alíquota de contribuição do segurado (incluindo a do empregado e do empregador); "Es" é a expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentadoria; e "Id" é a idade do segurado na data da aposentadoria (Dieese, 2001:252 *Apud* MARQUES, BATICH e MENDES, 2003, p. 120). O fator previdenciário vigora desde 1999 (Lei 9.876).

⁵ Foi utilizado o ano de 1998 e não o de 2000, tal como no conjunto do estudo, a fim de comparar a situação atual com a de antes da implantação do fator previdenciário.

aposentadoria dos homens e das mulheres, entre 1998 e 2008: a idade média das mulheres passou de 48,5 anos para 51,2 anos e a dos homens, de 50,2 anos para 53,9 anos.

Tabela 7 - Aposentadorias concedidas, por faixa de idade do segurado no momento da concessão e por gênero. 1998, 2000 e 2008

Gênero	Faixa etária	1998	2000	2008	1998	2000	2008
		quantidade			participação %		
Total	até 44 anos	65.240	13.885	9.618	21,9	12,1	3,6
	45 a 64 anos	230.289	99.351	258.091	77,3	86,6	96,0
	65 anos ou mais	2.328	1.450	1.212	0,8	1,3	0,5
Mulheres	até 44 anos	19.238	4.191	3.356	26,6	12,3	3,6
	45 a 64 anos	52.744	29.710	88.763	72,9	87,0	96,1
	65 anos ou mais	413	234	292	0,6	0,7	0,3
Homens	até 44 anos	46.002	9.694	6.262	20,4	12,0	3,5
	45 a 64 anos	177.545	69.641	169.328	78,7	86,5	95,9
	65 anos ou mais	1.915	1.216	920	0,8	1,5	0,5
Total	todas	297.857	114.686	268.921	100,0	100,0	100,0
Mulheres	todas	72.395	34.135	92.411	24,3	29,8	34,4
Homens	todas	225.462	80.551	176.510	75,7	70,2	65,6
Idade média do segurado no momento da concessão do benefício							
Mulheres		48,5	50,4	51,2			
Homens		50,2	52,6	53,9			

Fonte: MPAS. Elaboração própria.

É digno de nota, ainda, o fato de a redução de valor médio das aposentadorias ter sido acompanhada pelo aumento significativo do valor do piso dos benefícios – 71,6% entre janeiro de 2000 a março de 2008, mês do reajuste deste ano, dado ser definido pelo valor do salário mínimo. No período, os benefícios de valor superior ao piso (sujeitas ao teto e sujeitas à redução pela aplicação do fator previdenciários), tiveram reajustes somente de acordo com a inflação passada.

Em 2000, a arrecadação previdenciária era formada de 92,5% de contribuições (87,4% pagas pelos trabalhadores e pelas empresas; e 5,1% pagas pelos contribuintes individuais) e de 7,5% de outras receitas. Em 2008, essa distribuição modificou-se para 89,2% (contribuições) e 10,8% (outras receitas). Nesse ano, as contribuições pagas pelos trabalhadores e empresas participaram com 86,0% do total arrecadado e as contribuições individuais 3,2%. Dentre os estados da Federação, as contribuições arrecadadas no Estado de São Paulo correspondiam a 46,5% do total da receita de contribuições do INSS, em 2000, e a 42,4%, em 2008. Essa perda de participação relativa deveu-se à ampliação da formalidade nos demais estados da federação.

Segundo o MPAS, no Informe de janeiro de 2009, a diferença entre a arrecadação e a despesa com benefícios em termos reais foi de R\$ 18.295 milhões, em 2000, e de R\$ 37.187 milhões, em 2008 (em valores de dezembro de 2008)⁶.

III.2 – A relevância das variáveis econômicas selecionadas sobre as receitas e despesas previdenciárias

III.2.1 – Determinantes da receita de contribuições

As contribuições são fundamentalmente resultantes da quantidade de trabalhadores formais e de seu rendimento médio. Por sua vez, a incorporação de mais trabalhadores junto ao mercado de trabalho formal, vis-à-vis o informal, depende do nível de desemprego e da taxa de crescimento da economia. Em outras palavras, quando a economia volta a crescer depois de um período de relativa estagnação ou de baixo crescimento, a taxa de desemprego pode diminuir sem que haja um aumento importante do mercado formal de trabalho, pois a ocupação ocorreria mais fortemente junto ao mercado informal⁷. Mas na medida em que o crescimento ocorre de forma continuada, haverá impactos favoráveis sobre o mercado formal. Esse tipo de dinâmica determina o comportamento do rendimento médio do trabalhador, pois ele depende da composição da ocupação (formal e informal), já que há disparidades entre o rendimento médio dos segmentos do mercado de trabalho.

A partir dessas considerações, adotou-se como hipótese que: *contribuição = f(rendimento médio do trabalhador formal; quantidade empregada de trabalhadores formais)*. Para estimar essa regressão, realizou-se uma análise das séries de tempo mensal (janeiro de 2002 a dezembro de 2008) e constatou-se que as variáveis contribuição da Previdência (via arrecadação das empresas e entidades equiparadas), rendimento médio do trabalhador formal e quantidade empregada de trabalhadores formais são classificadas como integradas de primeira ordem (a 1% de significância), ou seja, as variáveis não são estacionárias. Entretanto, todas as regressões estimadas apresentaram-se co-integradas (a 1% de significância), assegurando a existência de causalidade nestas relações, independentemente da sustentação teórica dos modelos estimados.

⁶ Esse cálculo não é bem aceito entre os pesquisadores da área, pois ele desconsidera o conceito de Seguridade Social. Segundo esse conceito, não se aplicariam cálculos em cada ramo da proteção; em seu lugar deveriam ser comparados os totais das receitas e das despesas da Seguridade (Previdência, Saúde e Assistência). Assim, em 2008, e sem considerar as receitas do PIS/Pasep e as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Seguridade apresentou um superávit de R\$ 42.885,6 milhões. Caso o FAT e o PIS/Pasep sejam incluídos, o superávit sobe para R\$ 52.301,7 milhões (ANFIP, 2009). Sobre a discussão do superávit da Seguridade Social, ver MARQUES et al, 2003.

⁷ Por outro lado, quando a economia está estagnada, a taxa de desemprego pode diminuir em função da quantidade de pessoas que deixam de procurar emprego e que passam a não ser consideradas integrantes da População Economicamente Ativa (PEA). O contrário acontece quando a economia cresce.

Como o objetivo das regressões não é fazer previsão a partir delas, mas comprovar a existência de relação significativa, não há necessidade de se utilizar o mecanismo de correção de erros associado a regressões co-integradas.

Observou-se que as contribuições previdenciárias são adequadamente explicadas pela quantidade empregada de trabalhadores formais e pelo rendimento médio efetivo dos trabalhadores formais, tal como a literatura apontava (BELTRÃO e MARQUES, 1994). Esta relação pode ser vista na equação de regressão (1) estimada.⁸

$$\text{CONTRIB} = 1,993 \cdot \text{EMPRFORM} + 13,436 \cdot \text{RENDEFETIVOFORMAL} - 23.270,085 \quad (1)$$

(0,222)	(0,996)	(1.585,192)
[8,980]	[13,491]	[-14,680]
{0,000}	{0,000}	{0,000}

$$R^2 = 0,886 \quad R^2_{\text{ajustado}} = 0,883 \quad n = 82 \quad F = 307,474 \quad DW = 1,741$$

A contribuição previdenciária mensal está associada ao rendimento efetivo formal e não ao habitual, pois por ocasião do recebimento do 13º salário há contribuição também sobre essa parcela do rendimento. Aparentemente as contribuições deveriam ser dadas exatamente pelo produto desses dois componentes (rendimento x número de trabalhadores); entretanto, o valor da contribuição tem um limite (teto), o que torna a relação estocástica, isto é, sujeita a erros (não determinista). O poder explicativo (R^2) deve ser visto com cautela, pois, sendo o modelo autorregressivo, esta estatística é superestimada. Entretanto, como a regressão é co-integrada, o que elimina a possibilidade de estimação de relações espúrias, estimou-se a regressão, submetendo-a a um filtro de Newey-West para correção dos desvios-padrões em situação de auto-correlação e heterocedasticidade, obtendo, assim, estimadores eficientes⁹.

III.2.2 Crescimento econômico, desemprego e trabalhadores formais

A fim de testar a relação entre o crescimento econômico e o nível de desemprego no grau de formalização do mercado de trabalho adotou-se a seguinte hipótese: *Quantidade empregada de trabalhadores formais = f (taxa de crescimento econômico; taxa de desemprego)*.

⁸ Todas as regressões deste trabalho foram estimadas por meio do software Econometric Views 6.0, pelo método de mínimos quadrados ordinários, com desvios-padrões e covariância de Newey-West, consistentes para HAC e dados do período de março de 2002 a dezembro de 2008 (82 observações). Os valores entre parênteses referem-se aos desvios-padrões estimados, os valores entre colchetes aos t calculados e os valores entre chaves aos valores p.

⁹ Este procedimento foi adotado para todas as regressões estimadas neste trabalho.

Para investigar essa relação, estimou-se em que medida a continuidade do crescimento econômico e o nível da taxa de desemprego determinaram a quantidade empregada de trabalhadores formais. Para a variável representativa da continuidade do crescimento econômico foram utilizados dados mensais do PIB acumulado em 12 meses, deflacionado pelos IGP-DI médio de 12 meses, aos preços médios de 12 meses, com base em abril de 2010, gerando uma variável que foi denominada PIBREAL¹⁰. Para representar o nível da taxa de desemprego, foi usada a taxa de desemprego mensal dessazonalizada, denominada URATE_DESEAS¹¹.

A regressão estimada (2) foi significativa a 1%, mostrando que a quantidade empregada de trabalhadores formais (EMPRFORM) é fortemente explicada pelas variáveis continuidade do crescimento econômico (PIBREAL) e nível da taxa de desemprego (URATE_DESEAS)¹².

$$\text{EMPRFORM} = 0,0016 * \text{PIBREAL} - 223,0766 * \text{URATE_DESEAS} + 5.939,3273 \quad (2)$$

(0,0003)	(58,3359)	(1.204,9690)
[6,4598]	[-3,8240]	[4,9290]
{0,0000}	{0,0003}	{0,0000}

$$R^2 = 0,920 \quad R^2_{\text{ajustado}} = 0,920 \quad n = 82 \quad F = 466,666 \quad DW = 0,175$$

Observa-se que há uma relação direta entre a manutenção do crescimento econômico e a quantidade empregada de trabalhadores formais; e uma relação inversa entre esta última variável e o nível da taxa de desemprego, demonstrando que em épocas de desemprego mais elevado reduz-se o grau de formalização dos ocupados no mercado de trabalho. Estas relações podem ser vistas nos gráficos abaixo (Gráficos 1 e 2), onde URATE_DESEAS é a taxa de desemprego dessazonalizada, PIBREAL representa a continuidade do crescimento econômico. e EMPRFORM associa-se ao grau de formalização dos empregados ocupados.

Alternativamente, em vez da quantidade empregada de trabalhadores formais, foi investigado se o grau de formalização do mercado de trabalho estaria associado ao nível da taxa de desemprego e à continuidade do crescimento econômico¹³.

¹⁰ Dados básicos de PIB a preços correntes obtidos no banco de dados do site do Banco Central do Brasil. WWW.bcb.gov.br.

¹¹ Dados obtidos no site WWW.ipeadata.gov.br.

¹² Como já informado, apesar do Durbin-Watson estatístico estimado ser muito baixo, denotando existência de autorregressividade, as relações são co-integradas, o que garante ser uma relação de causalidade e não espúria, comprometendo, entretanto, o poder explicativo do modelo.

¹³ O grau de formalização do mercado de trabalho foi calculado a partir de informações do IBGE (PME) obtidas no site ipeadata.gov.br, sobre população ocupada empregada, com e sem carteira assinada, no setor privado e no setor público, dividindo-se o total ocupado nos dois setores, com carteira assinada, sobre o total ocupado empregado nos dois setores.

Gráfico 1 – Relação entre grau de formalização e Real
dessa sazonalizado

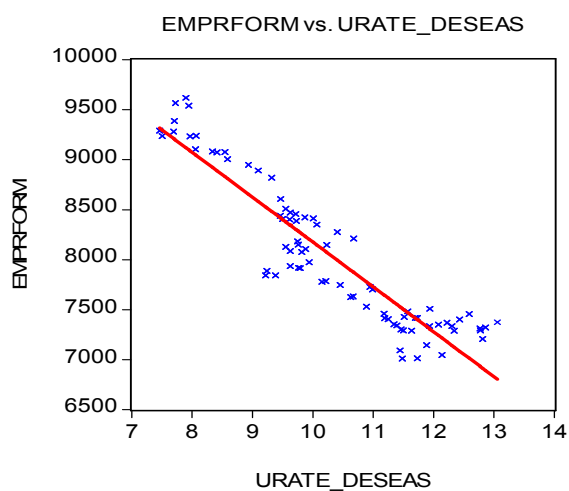
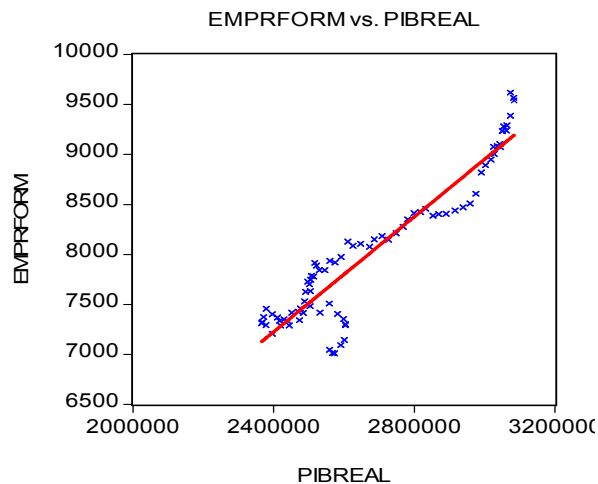


Gráfico 2 – Relação entre grau de formalização e PIB
formalização e desemprego



O modelo proposto foi estimado (equação 3), incorporando também, como fator explicativo, o salário mínimo real. As relações foram bastante significativas, confirmando a existência de uma relação inversa entre o grau de formalização do mercado de trabalho e o nível da taxa de desemprego, isto é, em momentos em que a taxa de desemprego tende a se expandir, reduz-se a formalização do mercado de trabalho. De forma inversa, em períodos de recuperação econômica, com crescimento contínuo do nível de atividade, observa-se aumento do grau de formalização do mercado de trabalho. Finalmente, notou-se uma relação diretamente proporcional entre o comportamento do salário mínimo real e da formalização do mercado de trabalho, evidenciando que o aumento real do salário mínimo não vem impedindo a expansão da formalização do mercado de trabalho no Brasil.

$$\text{FORMAL} = -0,005 \cdot \text{URATE_DESEAS} - 0,092 \cdot \text{VARPIBREAL} + 0,0002 \cdot \text{SALMIN_REAL} + 0,610 \quad (3)$$

(0,002)	(0,031)	(6.36E-05)	(0,041)
[-2,904]	[2,980]	[2,507]	[14,878]
{0,005}	{0,004}	{0,014}	{0,000}

$$R^2 = 0,685 \quad R^2_{\text{ajustado}} = 0,672 \quad n = 82 \quad F = 56,413 \quad DW = 0,357$$

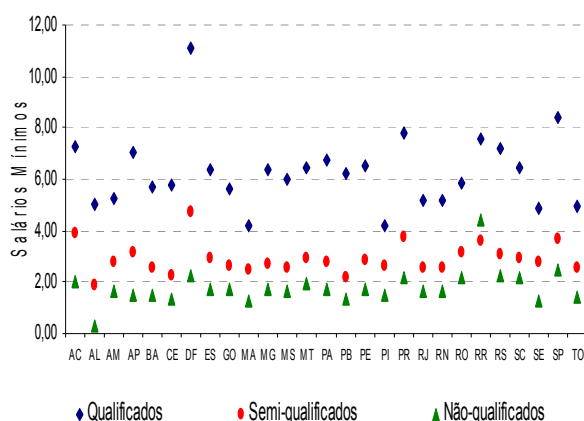
III.2.3 Determinantes do rendimento médio do trabalhador formal.

Para investigar os determinantes do rendimento médio do trabalhador formal, considerou-se que o mesmo está associado ao nível da taxa de desemprego, continuidade do crescimento econômico e qualificação do trabalho formal. Entretanto, como não há disponibilidade de

estatísticas sobre a qualificação do trabalho formal para todos os meses do período estudado não foi possível estimar essa relação. As informações relativas à qualificação do trabalho formal são anuais e são fornecidas pela PNAD 2002 e 2008, como visto na seção anterior sobre o perfil do mercado de trabalho formal.

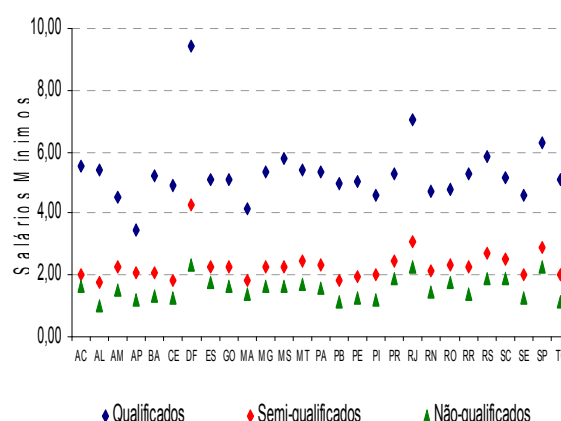
Entretanto, como pode ser visto nos gráficos 3 e 4, há uma clara distinção dos níveis salariais por qualificação do trabalhador formal, especialmente dos qualificados em relação aos não qualificados ou mesmo semi-qualificados, em todos os estados da Federação. Mas a falta dessa informação mensal não permitiu que se pudessem estimar as contribuições a partir de seus determinantes indiretos (nível da taxa de desemprego, continuidade do crescimento econômico, taxa de desemprego e qualificação do trabalho formal). De qualquer forma, fica evidente a importância da qualificação para a obtenção de rendimentos mais elevados, no mercado de trabalho formal.

Gráfico 3 – Rendimento médio dos trabalhadores formais, segundo nível de qualificação – 2002



Fonte: IBGE, PNAD 2002.

Gráfico 4 – Rendimento médio dos trabalhadores formais, segundo nível de qualificação - 2008



Fonte: IBGE, PNAD 2008.

III.2.4 – Determinantes da despesa com aposentadoria

A legislação vigente dispõe que a mulher necessita ter efetuado trinta anos de contribuição e o homem trinta e cinco, e que a idade atua como um redutor do valor do benefício, sendo, portanto, um determinante para a decisão do contribuinte solicitar ou adiar a aposentadoria. O MPAS, contudo, não disponibiliza, para os estados da Federação, a idade do beneficiário no momento da concessão da aposentadoria.

Assim sendo, procurou-se estimar a determinação das aposentadorias emitidas por tempo de contribuição a partir de três fatores: rendimento real dos trabalhadores formais; salário

mínimo real; e participação da mulher no mercado de trabalho formal (mulheres empregadas com carteira assinada sobre o total de trabalhadores empregados com carteira assinada). Os benefícios pagos foram convertidos em número de salários mínimos, haja vista a recuperação do salário mínimo, em termos reais, nos últimos anos; e também, por haver um teto definido em termos de salários mínimos.

As Equações 4 a 7 apresentam as regressões para essas três variáveis e para cada uma individualmente. Assim, as equações de regressão estimadas foram as seguintes:

a) Benefícios pagos expressos em salários mínimos, como representação das aposentadorias pagas por tempo de serviço = f(rendimento médio real dos trabalhadores formais nos últimos 180 meses, salário mínimo real, participação da mulher no mercado de trabalho formal (Equação 4) representada por

$BENEF_SM = f(RENDMEDREAL180M, SALMIN_REAL, PART_FEM)$.

$$BENEF_SM = 0,005*RENDMEDREAL180M - 0,004*SALMINREAL + 3,191*PARTFEM - 2,856 \quad (4)$$

(0,001)	(0,001)	(7,967)	(3,824)
[4,970]	[-5,018]	[0,401]	[-0,747]
{0,000}	{0,000}	{0,690}	{0,457}

$$R^2 = 0,971 \quad R^2_{ajustado} = 0,970 \quad n = 82 \quad F = 885,553 \quad DW = 0,654$$

b) Benefícios pagos expressos em salários mínimos, como representação das aposentadorias pagas por tempo de serviço = f(rendimento médio real dos trabalhadores formais nos últimos 180 meses) representada por

$BENEF_EM_SM = f(RENDMEDREAL180M)$, conforme Equação 5.

$$BENEF_SM = 0,008*RENDMEDREAL180M - 8,104 \quad (5)$$

(0,001)	(0,835)
[13,335]	[-9,702]
{0,000}	{0,000}

$$R^2 = 0,878 \quad R^2_{ajustado} = 0,877 \quad n = 82 \quad F = 579,380 \quad DW = 0,283$$

c) Benefícios pagos expressos em salários mínimos, como representação das aposentadorias pagas por tempo de serviço = f(salário mínimo real); representada pela Equação 6, $BENEF_SM = f(SALMIN_REAL)$.

$$BENEF_SM = -0,006* SALMIN_REAL + 5,417 \quad (6)$$

(0,0004)	(0,170)
[-15,384]	[31,769]
{0,000}	{0,000}

$$R^2 = 0,898 \quad R^2_{ajustado} = 0,897 \quad n = 82 \quad F = 706,278 \quad DW = 0,305$$

d) Benefícios pagos expressos em salários mínimos, como representação das aposentadorias pagas por tempo de serviço = f(participação da mulher no mercado de trabalho formal; representada pela Equação 7, $BENEF_SM = f(PART_FEM)$.

$$BENEF_SM = -42,496 * PART_FEM + 18,664 \quad (7)$$

(2,644)	(0,985)
[-16,071]	[18,947]
{0,000}	{0,000}

$$R^2 = 0,917 \quad R^2_{ajustado} = 0,916 \quad n = 82 \quad F = 890,097 \quad DW = 0,404$$

Como se pode notar nas regressões anteriores, as três variáveis consideradas mostraram-se individualmente bastante significativas. Contudo, mesmo estabelecida a causalidade (pela co-integração das regressões), não é possível incluir as três variáveis no mesmo modelo, pois se observa a existência de redundância na influência das mesmas sobre o valor dos benefícios médios pagos, dada pela multicolinearidade excessiva existente entre a variável participação da mulher nos ocupados formais e as outras duas variáveis (Tabela 8).

Tabela 8 - Coeficientes de correlação linear entre benefícios pagos em salários mínimos, participação da mulher entre os ocupados formais, rendimento médio real em 180 meses e salário mínimo real, no período março/2002 a dezembro/2008.

VARIÁVEIS	BENEF_EM_SM	PART_FEM	RENDMEDREAL180M	SALMIN_REAL
BENEF_EM_SM	1	-0.957880	0.937376	-0.947763
PART_FEM	-0.957880	1	-0.931385	0.934985
RENDMEDREAL180M	0.937376	-0.931385	1	-0.830113
SALMIN_REAL	-0.947763	0.934985	-0.830113	1

Dessa forma, apesar da variável “participação feminina entre os ocupados formais” ser um elemento importante na determinação dos benefícios pagos por tempo de contribuição, observa-se que ela também é relevante na determinação do rendimento médio real dos últimos 180 meses. Assim, o modelo de explicação do comportamento dos benefícios pagos por tempo de contribuição, medidos em salários mínimos, incluiria apenas o rendimento médio real dos últimos 180 meses e o salário mínimo real, restando a variável participação feminina no mercado formal apenas como elemento complementar, com influência indireta sobre os benefícios pagos. A regressão estimada (Equação 8) foi significativa a 1%, mostrando que a despesa com benefícios pagos é fortemente explicada pelas variáveis rendimento médio real dos últimos 180 meses e salário mínimo real.

$$BENEF_SM = 0,004 * RENDMEDREAL180M - 0,004 * SALMINREAL - 1,350 \quad (8)$$

(0,0003)	(0,0003)	(0,546)
----------	----------	---------

$$\begin{array}{ccc} [11,563] & [-14,526] & [0,401] \\ \{0,000\} & \{0,000\} & \{-2,472\} \end{array}$$

$$R^2 = 0,971 \quad R^2_{\text{ajustado}} = 0,970 \quad n = 82 \quad F = 1.333,335 \quad DW = 0,638$$

Foi pesquisada ainda a possibilidade de se investigar a influência da idade média do trabalhador formal sobre os benefícios pagos por tempo de contribuição, pois as regras de concessão de aposentadoria consideram a vida útil após a aposentadoria, atuando como redutor do benefício a ser recebido. Entretanto, assim, como ocorreu com a variável qualificação do trabalhador formal, na estimação das contribuições, a variável idade média do trabalhador formal também só se encontra disponível nas PNAD de 2002 e de 2008, impedindo que a mesma fosse incorporada aos modelos investigados. Nos dados coletados para esses dois anos, observa-se que não ocorreu mudança significativa na idade média dos trabalhadores formais no período das duas pesquisas.

IV. Conclusões

As análises sobre o mercado de trabalho brasileiro e suas implicações sobre a Previdência enfatizam que o crescimento do mercado formal de trabalho diminui o déficit de suas contas. A análise específica sobre as transformações no mercado de trabalho, como salientado anteriormente, teve como objetivo investigar em maior detalhe as mudanças na composição do trabalho formal, segundo o nível de qualificação dos trabalhadores, no período de 2002 a 2008, para investigar as potenciais repercussões sobre o resultado previdenciário.

Em primeiro lugar, com relação à cobertura da Previdência Social em relação ao total de trabalhadores, observou-se que em 2002, os ocupados formais, contribuintes da Previdência, correspondiam a quase 30% do total dos trabalhadores em cada um dos três níveis de qualificação definidos (chegando a 1/3 entre os qualificados) e no período, apresentam uma evolução considerável na representatividade, desde que os semi-qualificados atingiram formais 45% do total dos trabalhadores em 2008 e os demais níveis, cerca de 40%.

As taxas de crescimento dos trabalhadores formais no período foram superiores às dos demais informais e consideravelmente mais representativas entre os semi-qualificados, cuja participação se elevou em quase 54%, o que corresponde a um crescimento anual de 9% e, embora em menores taxas (25%), o mesmo se verificou entre os qualificados e não-qualificados. Como complementação a este comportamento, os dados da evolução anual do total de trabalhadores revelam que, entre as ocupações qualificadas, parte da queda de

trabalhadores por Conta Própria pode ter sido causada pela migração de trabalhadores para as empresas.

Quando se observa as diferenças entre gêneros é constatado que o aumento da participação feminina foi consideravelmente superior na situação de formalidade, do que nas demais condições, particularmente entre as semi-qualificadas, onde a diferença de representatividade por gênero é relativamente mais considerável, pois as mulheres participavam respectivamente em 2002 e 2008 com perto de 23% e 44% dos empregos formais. A partir deste resultado, é possível inferir-se que a escolaridade superior feminina, retratada nas pesquisas do IBGE, permitiu em parte a substituição de homens por mulheres em determinadas ocupações, em um período de baixo crescimento e de busca de estabilidade, tendo em vista que as mulheres auferem em média salários menores.

A pesquisa permitiu observar ainda que entre os trabalhadores formais, os semi-qualificados mostram a maior concentrações de trabalhadores com carteira nas empresas (cerca de 60%), enquanto os qualificados correspondem a pouco acima de 21% e a menor concentração se verifica entre os não-qualificados, que no período diminuíram sua representatividade. Por outro lado, no que se refere à participação de ocupados internamente a cada um dos três níveis agregados de qualificação, verifica-se que, em 2002, em torno de 75% se situavam nos níveis de ocupações de remuneração inferior de não-qualificados que exerciam ocupações administrativas e de semi-qualificados sem atribuição de chefias, ou seja o maior peso da arrecadação previdenciárias é concentrado em faixas inferiores de contribuição à Previdência.

Internamente aos três grandes grupos ocupacionais, os níveis de qualificação mostram bastante diversidade no nível de concentração, que acarretam em pesos diversificados no cálculo das remunerações médias globais, de acordo com as específicas funções. Essa dinâmica estrutural, desde que associada a níveis relacionados de remuneração, é responsável por resultados que podem ser, com maior ou menor intensidade, favoráveis ou desfavoráveis ao crescimento da arrecadação previdenciária, dependendo ainda dos níveis diferenciados de evolução das remunerações entre os grupos ocupacionais.

A evolução das remunerações no período mostra ganhos nos rendimentos em todas as categorias e nos dois gêneros, com graus diferentes e elevados de intensidades. Os menores ganhos em ambos os gêneros, mas com menor intensidade entre os homens, ocorreram nas categorias de gerentes qualificados e entre os qualificados de nível superior da administração, que corresponde a Profissionais Liberais. Também foram significativos os ganhos inferiores

entre os semi-qualificados com nível de chefia na área da produção, níveis em que ocorreram as maiores substituições de homens por mulheres com salários inferiores.

Estes resultados corroboram as premissas teóricas de que particularmente em períodos de atividade econômica menos intensa, as empresas aumentam a contratação de mulheres em substituição aos homens, com remunerações inferiores, principalmente em categorias de ocupações mais qualificadas.

Para a escolha das variáveis do mercado de trabalho a serem testadas a partir destas constatações, como influentes nos resultados previdenciários, foram estudados alguns aspectos teóricos específicos que explicassem a composição do perfil da estrutura ocupacional brasileira e de suas transformações. Os fundamentos teóricos mostram, particularmente no que se refere aos determinantes da distribuição e das transformações recentes da estruturação ocupacional, a relevância da aceleração do progresso tecnológico e da mundialização econômica nas últimas décadas em âmbito mundial, e da mesma forma no Brasil, pelas implicações sobre o mercado formal e informal de trabalho, associados às diversidades de qualificação, bem como através das disparidades de oportunidades de trabalho entre gêneros.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as transformações estruturais se revestem de um caráter novo e inovador, mas desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos formais necessários para incorporar parcela adicional de trabalhadores ainda não protegidos por benefícios sociais e ainda absorver o crescimento da força de trabalho. Estas condições moldaram as formas de segmentação dos mercados formais e informais de trabalho, bem como das possibilidades de acesso dos trabalhadores a benefícios previdenciários.

Quanto ao gênero, a realidade mostra que apesar das maiores taxas femininas de escolaridade, frequentemente as oportunidades e as condições de remuneração do trabalho em uma determinada função são superiores para os homens, e esta diferença de rendimentos leva em períodos de menor atividade econômica, à substituição de homens por mulheres, no sentido de diminuição dos custos de produção, pois os salários femininos são em média inferiores.

As principais conclusões teóricas da pesquisa sobre as transformações no mercado de trabalho, permitiram pressupor algumas hipóteses, que foram testadas na etapa empírica seguinte. Em primeiro lugar e com maior relevância foi testada a hipótese de que não pode ser esperada uma relação direta entre crescimento do mercado formal de trabalho e diminuição do déficit ou, ao contrário, diminuição do mercado formal e aumento do déficit. Isto se verifica, tendo em vista que a estruturação ocupacional sofre reajustamentos para adequar a

concentração estrutural de trabalhadores de cada espaço, segundo qualificação e gênero, à evolução conjuntural da economia. No caminho destes ajustamentos esta distribuição do trabalho evolui com intensidades e direções (aumento ou decréscimo) diferenciadas, tanto no mercado formal quanto informal, que apresentam complementariedade, de acordo com as condições específicas de desenvolvimento econômico de cada região, e também segundo diferentes níveis de qualificação e respectivos rendimentos apresentados nestes espaços.

Quanto à relação entre o mercado de trabalho e a Previdência, a pesquisa assinalou que as contribuições previdenciárias são adequadamente explicadas pela quantidade empregada de trabalhadores formais e pelo rendimento médio efetivo dos trabalhadores formais, pois por ocasião do recebimento do 13º salário também há contribuição sobre essa parcela do rendimento.

Foi comprovada a influência do crescimento econômico e do nível de desemprego da economia na quantidade de trabalhadores empregados no mercado de trabalho formal, mostrando significativa (a 1% de significância) relação entre as variáveis, evidenciando uma relação direta entre a manutenção do crescimento econômico e a quantidade empregada de trabalhadores formais particularmente os mais qualificados, isto é, períodos de expansão da economia incentivam a formalização do mercado de trabalho; e uma relação inversa entre esta última variável e o nível da taxa de desemprego, demonstrando que em épocas de desemprego mais elevado reduz-se o grau de formalização dos ocupados no mercado de trabalho em detrimento das ocupações menos-qualificadas. Essas mesmas conclusões foram alcançadas quando se testou a influência dessas variáveis e o grau de formalização do mercado de trabalho e não apenas sobre o número de trabalhadores formais. Adicionalmente, observou-se que a expansão da formalização do mercado de trabalho não tem sido afetada pelo aumento real do salário mínimo que vem ocorrendo no país na última década.

Apesar de, individualmente, ter sido estabelecida significativa influência das variáveis rendimento real dos trabalhadores formais; salário mínimo real e participação da mulher no mercado de trabalho formal, mesmo assegurada a causalidade da relação, não foi possível obter um modelo de regressão que incluísse as três variáveis simultaneamente e obter todos os parâmetros significativos a um grau aceitável de erro, face à multicolinearidade muito elevada existente entre a variável participação da mulher nos ocupados formais e as outras duas.

Como a variável “participação feminina entre os ocupados formais” mostrou-se importante na determinação dos benefícios pagos por tempo de contribuição e, ao mesmo tempo, também relevante na determinação do rendimento médio real dos últimos 180 meses, foi investigado um modelo de equações simultâneas, o qual não conseguiu resolver o

problema identificado na relação estimada. De qualquer forma, observou-se que essas três variáveis constituem-se elementos importantes na determinação das despesas da ATC.

Bibliografia

ABRAMO, Laís, “Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro”, *Ciência e Cultura*, vol.58 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2006

ASSOCIAÇÃO DOS FISCAIS PREVIDENCIÁRIOS (ANFIP). Análise da Seguridade Social de 2008. Brasília, Anfip, maio de 2009.

BALTAR, Paulo, LEONE, Eugenia e BORGHI, Roberto Alexandre Z., “Diferenças de renda do trabalho no Brasil: 2004 e 2007, *XI Encontro Nacional ABET*, Campinas, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de, *Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro: uma avaliação empírica*, IPEA, Texto para Discussão N° 452, Rio de Janeiro, 1997.

BELTRÃO, K. I. e MARQUES, R. M. *Avaliação do impacto de propostas alternativas nas despesas da previdência social*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994.

CACCIAMALI, M. C. . “(Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. Comentários ao artigo”. *Econômica* (Niterói), v. 9, p. 145-168, 2007.

CHAHAD, José Paulo Zeetano, *Flexibilidade no mercado de trabalho, proteção aos trabalhadores e treinamento vocacional de força de trabalho: a experiência de América Latina e perspectivas (Análise do caso brasileiro)*, CEPAL, Doc. N° 246, Santiago de Chile, 2009

CURI, A. e MENEZES FILHO, N. A., “O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado? Alterações no Perfil da Informalidade e nos Diferenciais de Salários nas Décadas de 80 e 90”, em *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 36, p. 160-19, 2006

FICHTENBAUM , Rudy, GYIMAH-BREMPOG, Kwabena, OLSON, Paulette “New evidence on the labor market segmentation hypothesis”, *Review of Social Economy*, Vol. 52, 1994.

GOMES, C.A., “Tecnologia, trabalho e sociedade em transformação. Uma reflexão sobre os efeitos sociais provocados pelo paradigma científico e tecnológico emergente”, *XI Encontro Nacional ABET*, Campinas, 2009.

IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, Rio de Janeiro, Junho/2008.

KON Anita, *A Estruturação Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional*, SESI, Brasília, 1995.

KON, Anita. “Brazilian Labor Market Regional Patterns: an Approach to Gender Divergences”, em *Pesquisa e Planejamento Público*, IPEA, N.33, jul-dez/ 2009.

KON, Anita, “Transformações ecentos no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira”, em *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, v. 23, n. 2, jul/Dez 2006, pp.247-267 (ISSN 0102-3098).

KON, A., LEITE, M.G. e MARQUES, R.M., *Mercado de Trabalho e Previdência social no Brasil*, BNDES-ANPEC, Brasília, 2010.

MARQUES, Rosa Maria et al, *A Previdência social no Brasil*. Cadernos da Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana e MENDES, Áquilas. *Previdência Social Brasileira: um balanço da reforma*. São Paulo em Perspectiva, vol. 17, nº.1. São Paulo. Jan/Mar.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Informes da Previdência Social. Brasília: MPAS. 1999 a 2009.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPAS). AEPS Infologo. Vários anos. Acesso em < <http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (MPAS). Anuário Estatístico. Brasília, MPAS, 2008.

ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Resolución sobre las estadísticas del empleo em el sector informal*. Ginebra. (La Decimoquinta Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo), 1993.

PRONI, Marcelo Weishaupt e ACOSTA, André Vinicius Toso Castro, *Estrutura ocupacional urbana e rendimentos do trabalho no Brasil (2002-2005)*, IE/UNICAMP, Campinas, 2007.

SEADE, Metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, São Paulo, 2004

ULYSSEA, Gabriel. *Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma resenha da literatura*. Texto parta Discussão N° 1.070, IPEA, Rio de Janeiro, fev. 2005.